

Adequação curricular: alternativas de suporte pedagógico na Educação Inclusiva

Lucia Pereira Leite*
Sandra Eli Sartoreto Martins**

Resumo

A organização da educação inclusiva é um processo lento e complexo, havendo a necessidade de investimentos em suportes para toda a equipe escolar. Visando divulgar uma das ações realizadas para a promoção de práticas educacionais inclusivas, numa rede municipal de ensino, de uma cidade do oeste paulista, este trabalho objetiva apresentar um manual elaborado para orientar os profissionais da educação na implementação das adequações curriculares individuais (ACIs) para alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs). O material foi constituído com base em três conjuntos de dados: 1) tabulação da avaliação das adequações curriculares já efetivadas; 2) revisão da literatura; 3) análise de temáticas que emergiram em reuniões de discussão de caso mediadas pelas pesquisadoras com: professores do Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE) com professores e gestores do ensino comum, equipe técnico-pedagógica. A versão final do manual contempla aspectos teórico-operacionais sobre os temas: flexibilização e adequação curricular, educação inclusiva, definição de NEEs, funcionamento do SAPE; e se encerra com uma proposta modelo de ACI. Espera-se que o uso do material subsidie o trabalho pedagógico dos professores na proposição curricular para alunos que se encontram muito distantes do nível acadêmico esperado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Currículo.

Curricular adaptation: alternatives of pedagogical support in the inclusive education

Abstract

The organization of the inclusive education is a slow and complex process, which has the necessity of investments in supports for all the scholar team. Aiming at spreading one of the actions carried out for the promotion of the inclusive educational practices in a municipal education system in a western city in the state of São Paulo, this paperwork has the objective of presenting an elaborated manual of orientations for the implementation of the individual curricular adaptations (ACIs) for students who demand special educational necessities

* Professora Doutora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – FC – Unesp/Bauru, São Paulo, Brasil.

** Professora do Departamento de Educação Especial, Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Bauru, São Paulo, Brasil.

(NEEs). The material was constituted on the basis of three data sets: 1) tabulation of the evaluations of the curricular adaptations already made; 2) the literature review; 3) analysis of the themes which have emerged during case discussion meetings mediated by the researchers with teachers from the Specialized Pedagogical Support Service (SAPE), with teachers and administrators from the common education system and the technical-pedagogical team. The final version of the manual contemplates the theoretical-operational aspects about the themes: flexibility and curricular adequation, inclusive education, definitions of NEEs, how SAPE works; and it finishes with a model proposal of ACI. It is expected that the spreading of this material can subside new curricular propositions for students with deficiency that are very distant from the academic level expected for the current scholar year.

Keywords: Inclusive Education; Special Education. Curriculum.

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 (BRASIL/MPF/PFDC, 2003), introduz a concepção contemporânea de Direitos Humanos, que se fundamenta no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos. Considerando que a identidade pessoal e social é necessária para o desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres humanos e cidadãos, e que sua construção acontece nas relações sociais cotidianas, é fundamental que as interações entre os indivíduos sejam baseadas na reciprocidade do respeito e na valorização dos sujeitos em suas singularidades.

A fim de respeitar as singularidades de cada aluno e atender as demandas políticas e sociais da atualidade, a escola aparece como espaço de convívio no qual os aspectos citados acima têm a possibilidade de serem efetivados. Para tal, surge a Escola para Todos.

É possível então observar uma tendência mundial para que os planejamentos educacionais sejam abertos e flexíveis, no reconhecimento às diferenças dos alunos. Em países como Portugal, Espanha, Áustria e Finlândia, o movimento da educação inclusiva vem ganhando força, no intuito de substituir práticas segregacionistas dirigidas ao segmento de pessoas com deficiência (PACHECO, 2007). Tal situação ampara-se em políticas governamentais que sustentam a promoção de práticas pedagógicas centradas nos alunos, em função de suas necessidades.

A inclusão escolar é uma inovação educacional que traz consigo uma proposta de abertura das escolas às diferenças. Porém, o ensino que a maioria das escolas oferece hoje não favorece tal abertura, pois, na prática, ao se depararem com as diferenças, as escolas ainda adotam medidas excludentes

(BRASIL/MPF/PFDC, 2003). Com o objetivo de sanar essa atuação errônea profissionais da área de Educação têm se voltado para o desenvolvimento e criação de estratégias didático-pedagógicas que garantam a permanência de alunos com NEEs - necessidades educacionais especiais - na escola regular, viabilizando o acesso desse alunado ao currículo comum.

Alguns aspectos legais contidos na LDB 9394/1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação) e no Plano Nacional de Educação já preconizam o fato de que as escolas precisam mobilizar-se para estruturar um conjunto de ações e providenciar os recursos necessários para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, respeitando as especificidades da aprendizagem de cada um (LEITE; MARTINS, 2007; LEITE; MARTINS; PEREIRA, 2007).

Para atingir esse objetivo, bem como atender as políticas públicas e os princípios contidos na LDB 9394/1996 e na Resolução SE 08/06, novas ações têm sido implementadas no sistema público de ensino. Dentre as estratégias mais utilizadas, destacam-se o uso de adaptações curriculares individuais (HEREDERO, 1999).

Conforme Oliveira (2006) as adequações se configuram como ações, de responsabilidade do sistema educacional, que visam favorecer todos os alunos, possibilitando acesso ao currículo, sua participação integral e o atendimento às necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de deficiências cognitivas e/ou sensoriais.

Esta ação poderá contribuir no acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, além de atuar como facilitadora para a identificação de tais necessidades nos alunos atendidos na rede, e, conseqüentemente, na elaboração dos possíveis ajustes curriculares.

Ainda, deve-se destacar que estudos recentes sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas práticas pedagógicas (O'DONOGHUE & CHALMERS, 2000), e dentre estas práticas pedagógicas destaca-se a adaptação ou (re)construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para atender a nova demanda que surge dentro da organização; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional (MANTOAN, 2001).

Diante desta nova realidade educacional, dúvidas e dificuldades surgem, por parte dos professores e dirigentes de escolas, para atender os princípios da educação inclusiva. Com base nessa constatação e subsidiados pelo respaldo teórico, foi elaborado um material informativo sobre práticas educacionais inclusivas, cujo conteúdo visou auxiliar os professores de uma rede municipal de ensino no processo de sistematização de ações didático-pedagógicas, na promoção da Escola para Todos.

A elaboração deste material foi realizada a partir de três conjuntos de dados: a) tabulação da avaliação das adequações curriculares, já implementadas na rede de ensino de um município do interior paulista; b) revisão da literatura da área; c) análise de temáticas que emergiram em reuniões com professores, gestores do ensino regular e a equipe técnico-pedagógica da Diretoria de Educação desse município.

No detalhamento o manual é composto de pressupostos teórico-operacionais, dispostos em dez itens, subdivididos em: a) Inclusão e movimentos sociais – que apresenta os princípios históricos da inclusão social; b) A inclusão educacional – texto que retrata faz um recorte da inclusão social, destacando que a área educacional também se enriquece com esse princípio; c) Refletindo sobre a escola inclusiva – tece considerações para analisar as funções da escola numa perspectiva inclusiva; d) Definição de necessidades educacionais especiais (NEE) – revê o conceito e como tem sido empregado nas normativas legais para se referir aos alunos que apresentam dificuldades no aprendizado acadêmico, incluindo os que se encontram na condição de deficientes, descrevendo as suas classificações; e) Flexibilização do ensino e educação inclusiva – traça considerações sobre como a prática pedagógica deve se ajustar em função de demandas especiais de seu alunado; f) Serviço de apoio pedagógico especializado (SAPE) – descreve a caracterização desse serviço, existente numa rede municipal de ensino, os profissionais que o constituem, o delineamento das possibilidades de atuação educacional e formas de encaminhamento de alunos aos seus serviços; g) Definição de adequações curriculares - indicação do amparo legal que norteia esse ajuste curricular em particular para alunos com deficiência que necessitam dessa ação para que possam acessar o currículo do ano ou ciclo frequentado; h) Dúvidas frequentes dos professores – apresenta questões comuns aos professores ou aos gestores de ensino referentes a elaboração das adequações curriculares, tanto no âmbito normativo, quanto no operacional; i) Exemplo de adequação curricular - inicia com a descrição de um caso, demonstrando, na sequência, um modelo de um documento de adequação curricular individual, devidamente preenchido para o caso estudado, um aluno que apresenta deficiência auditiva matriculado no quarto ano do ensino fundamental, destacando, por exemplo, a trajetória educacional do aluno, estilo de aprendizagem, níveis de competência curricular na língua portuguesa e na matemática, sinalizando o referente curricular, desempenho e tipo de ajuda necessário para o alcance do objetivado. Ainda, esse item contempla a proposta curricular adaptada ao aluno, destacando as ações necessárias a serem efetivadas na escola, na aula e com o aluno, para que esse aluno possa progredir academicamente, sinalizando as formas de apoio a serem efetivadas, e a importância da avaliação processual para acompanhar o desenvolvimento do processo. Por fim, é acrescida a seção de referências, com destaque as produções científicas estudadas e os preceitos legais que embasaram as considerações apresentadas no decorrer do texto do manual.

Percurso metodológico

O estudo que fundamentou as considerações aqui apresentadas foi desenvolvido junto a uma rede municipal de ensino, do oeste paulista, no período de fevereiro a dezembro de 2008. Essa rede atendia na época, aproximadamente, 5600 alunos, desses 357 eram atendidos no serviço de apoio pedagógico especializado (SAPE), em função de apresentarem necessidades educacionais especiais. Entretanto, uma pequena parcela dos alunos com alunos NEE, possuía uma adequação curricular, mais precisamente 54 alunos. Assim, como estratégia para análise dessas adequações achou-se pertinente visitar as unidades escolares onde essas crianças encontravam-se matriculadas, para discutir com a equipe pedagógica envolvida alguns casos selecionados.

Ao total foram discutidas e reorientadas 17 adequações curriculares (MARTINS; LEITE, 2006), de 15 unidades escolares, ou seja, foi analisado o percurso educacional desses alunos bem como o delineamento das intervenções didático-pedagógicas para a reorganização dos procedimentos de ensino previsto nas adequações.

Para a análise das adequações curriculares implementadas na rede municipal adotou-se o estudo caso, como estratégia metodológica. As adequações escolhidas para análise foram selecionadas pelos professores que atuavam com a criança em parceria com os gestores da escola, em função das dificuldades da equipe em atender as necessidades educacionais dos alunos com NEE's. Participaram dos estudos de caso professores do Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE), professores do ensino regular e a equipe técnico-pedagógica da Diretoria de Educação Municipal, além das docentes da Unesp e estagiárias do projeto.

Na sequência, foram realizadas três reuniões na diretoria de Educação da cidade onde o projeto foi desenvolvido. A primeira e a segunda contaram com a presença de todas as professoras, equipe de coordenação escolar e equipe do projeto. A terceira contou com a equipe de coordenação escolar e equipe do projeto. Foram discutidos assuntos e temas que emergiram nas próprias reuniões relacionadas às dificuldades da equipe em atender a demanda do referido alunado.

Nas reuniões esclareceu-se o conceito de adequação curricular, sua importância, quais as adaptações de pequeno ou grande porte necessárias na escola, quais as pessoas envolvidas nesse processo, as questões legais e as estratégias decorrentes para que a adequação fosse bem sucedida no atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno.

Após as três reuniões, iniciou-se um período de visitas às escolas, com o objetivo de operacionalizar as adequações curriculares individuais (ACI), discutir os ajustes para viabilizar a adequação curricular, o perfil do alunado a ser beneficiado e a definição das funções dos envolvidos nesse processo.

O registro dos encontros se deu por intermédio da transcrição das falas dos profissionais presentes. Após a transcrição dos relatos, fez-se uma leitura ampla do material obtido. Em seguida, realizou-se a análise de conteúdo recorrente nos encontros.

Complementar as essas ações foi realizada a revisão bibliográfica a partir de levantamento e leitura de pesquisas disponíveis on line em periódicos indexados, na área de psicologia e educação.

Com base na análise dos conteúdos das reuniões foi possível realizar o agrupamento e a categorização das unidades de respostas, de forma que as categorias resultantes representassem o conjunto de idéias comuns aos grupos pesquisados.

Durante a discussão das A.C.I.s algumas decisões foram tomadas. Foram considerados os aspectos familiares, trajetória escolar, características pessoais e desempenho acadêmico do aluno na apropriação dos conteúdos curriculares.

Surgiram também durante essas discussões alguns temas recorrentes - devido à quantidade de vezes em que foram suscitados e pela importância do entendimento deles para a formulação da A.C.I., tais como: perfil do aluno do SAPE (6 vezes), critérios e condições para definir que alunos se beneficiam da adequação curricular (4 vezes), a necessidade de trabalhar em conjunto com a família do aluno (4 vezes), como o professor do SAPE pode apoiar o professor comum (4 vezes).

Agrupada a similaridade de todos os temas obtidos em eixos temáticos, tem-se: 1. Questões legais referentes à adequação curricular (por exemplo: normatização dos procedimentos do atendimento do aluno com NEE na escola). 2. Questões referentes a operacionalização pedagógica (por exemplo: quais alunos precisam de adequação; flexibilização de currículo versus adequação). 3. Questões referentes as funções do professores na execução da ACI (por exemplo, estratégias de apoio; necessidade de auxiliar o professor a identificar os alunos com NEEs).

Os temas mais comuns dos três eixos, referentes a cada uma das categorias analisadas, diferenciam-se daqueles encontrados na revisão bibliográfica, nos periódicos analisados, especialmente no aspecto prático, pois os professores buscavam responder questões mais particulares da realidade, enquanto a maior parte dos estudos versava uma visão mais global do fenômeno da inclusão, não mencionando aspectos referentes a adaptação ou adequação curricular.

No que se refere ao primeiro eixo – aspectos legais e normatização, os relatos dos professores indicavam dificuldade em implementar a ACI com amparo legal. Ao se fazer busca nas normas vigentes, que subsidiavam a edu-

cação inclusiva no município, percebeu-se a necessidade de sistematizar ações nessa direção, fato que levou a equipe técnica pedagógica da diretoria juntamente com as docentes da UNESP, responsáveis pela assessoria técnico-científica, a formular uma prescrição Normativa para viabilizar a educação inclusiva, na rede municipal de ensino.

Na análise do segundo eixo – operacionalização pedagógica, notou-se que a dificuldade dos professores em compreender a implementação da adequação curricular, qual o perfil do aluno que deve ter um currículo adaptado. Isso demonstrou que ainda faltam conhecimentos sobre como proceder na elaboração de uma ACI. Neste caso especialmente, conforme percebido na literatura, parece haver um distanciamento ainda maior entre os temas levantados e as pesquisas encontradas, talvez pela temática ser muito recente na realidade educacional brasileira.

O terceiro eixo – função dos professores na execução da ACI, a maior ocorrência se referiu a como os professores da sala de aula e da sala de recursos deveriam organizar as suas ações pedagógicas para favorecer as metas curriculares para o aluno, lançando mão de estratégias diferenciadas para favorecer situações de aprendizagem acadêmica.

A partir da análise desses eixos, foram então estruturados os tópicos, que constituiriam o manual, para abordar as temáticas e as dúvidas apresentadas pelos professores e equipe escolar. Procurou-se desenvolver no texto também aspectos históricos e legais referentes ao processo de inclusão educacional, preceitos teóricos relacionados à adequação e flexibilização curricular, assim como aspectos mais focais, relacionados à realidade do município e da equipe de educação municipal.

O manual então foi composto e editado com os seguintes tópicos: Inclusão e os Movimentos Sociais; A Inclusão Educacional; Refletindo sobre a escola inclusiva; Definição de Necessidades Educacionais Especiais; Flexibilização do Ensino e Educação Inclusiva; Funções dos Profissionais; Definição de Adequações Curriculares; Dúvidas frequentes dos Professores e Apresentação de um Exemplo de ACI.

Considerações finais

Qualquer aluno, em algum momento de sua vida acadêmica, está sujeito a apresentar dificuldades, que podem ser traduzidas em necessidades educacionais. Caso isso aconteça, espera-se que seus professores, em geral, conheçam estratégias para contornar a situação, ajudando o aluno a superar aquela dificuldade. Porém, existem necessidades educacionais que requerem da equipe escolar uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados, que proporcionem ao aluno formas mais eficazes para que ele acesse o currículo comum. Trata-se das necessidades educacionais especiais.

Essa denominação traz consigo um novo conceito, que deixa de voltar o olhar apenas para a deficiência do indivíduo, enfatiza o ensino e a escola, assim como as formas e condições de aprendizagem; ao invés de definir no sujeito a origem do problema, olha para o tipo de resposta educativa, recursos e apoios que devem ser providenciados pela escola para que esse aluno obtenha sucesso na escola; “por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de ‘normalidade’ para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos.” (BRASIL, CNE/CEB nº17/2001).

Assim, as adequações curriculares subsidiam a prática docente na medida em que propõem alterações a serem realizadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, MEC/SEESP, 2003).

Dessa forma, trabalhos que atuem com a formação e informação da equipe profissional são de enorme importância, pois não tratam mais o aluno enquanto diferente, ‘problema’, mas sim trazem discussões sobre a própria forma de organização do ensino regular, proporcionando estratégias construídas em conjunto que possam ser replicadas em outros casos e que beneficiem o acesso de todos ao ensino. É nesse contexto que se enquadra a organização do manual, que foi publicado em dezembro de 2008, intitulado de “Adequações curriculares: um procedimento na organização de práticas educacionais inclusivas”, com o financiamento do Núcleo de Ensino – Prograd/Unesp,¹ em colaboração com a prefeitura em que o estudo se desenvolveu. Sua circulação foi restrita ao local da publicação, sendo entregue a maioria dos exemplares à Diretoria de Educação envolvida e alguns outros disponibilizados no meio acadêmico da Universidade.

Além de proporcionar um recurso gráfico ao qual a equipe profissional pode recorrer, seu processo de criação envolveu discussões e reflexões acerca do processo histórico e social envolvido na inclusão educacional, favorecendo a aquisição de conhecimentos e formação de opiniões de todos os profissionais envolvidos no processo.

Os resultados obtidos nas discussões das adequações curriculares, realizadas nas escolas, demonstram a importância da equipe de apoio externa à escola para assessorar, nesse primeiro momento, as unidades na elaboração da A.C.I. Fato confirmado por Pacheco (2006, p. 76), quando relata que “a adoção de tarefas de apoio específicas pelo pessoal de ensino pode criar a possibilidade de superar a tradicional separação entre educação especial e educação integradora. O rompimento dessa fronteira torna-se então uma das chaves para a inclusão”.

A organização de práticas inclusivas na escola tem sido considerada fundamental no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, principalmente, daqueles que apresentam algum tipo de deficiência. Sua consolidação no espaço escolar, por intermédio de ajustes curriculares, permitirá que alunos com NEEs se desenvolvam de forma autônoma.

No contraponto, sabe-se que um dos maiores desafios da escola é oferecer um ensino capaz de responder às necessidades de cada aluno sem prejudicar o trabalho grupal. Nessa direção o trabalho da assessoria caminhou em auxiliar a escola nessa transição – de escola segregacionista para uma educação inclusiva – em que as características individuais e necessidades educacionais especiais foram consideradas, sem que acarretasse o afastamento do aluno do ensino regular. Nesta direção, ressalta-se o caráter de flexibilidade e a dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a consonância com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação no que diz respeito ao ensino e aprendizagem (BRASIL, MEC/SEESP, 2003).

Por tratar-se de um assunto historicamente recente, e pouco considerado em processo de formação continuada, notou-se que a partir da discussão de algumas A.C.I.s as equipes das escolas que receberam o esclarecimento sobre o assunto, manifestaram o desejo de mudanças. Por essas razões, a equipe de apoio externo vinculados ao trabalho de assessoria técnico-pedagógica, parece ter sido um fator importante para promoção de mudanças neste processo.

Ao descrever as etapas realizadas para a elaboração de um manual, pretende-se demonstrar um caminho possível na organização de práticas educacionais inclusivas, em especial de adequações curriculares para alunos com NEEs, principalmente para aqueles com deficiência ou forte indício – os quais necessitarão de mudanças substanciais em seu currículo – para que possam estudar com outros alunos, em situação de ensino comum, numa mesma sala e partilhando de objetivos educacionais muito equivalentes.

Acredita-se que o documento descrito neste texto, poderá subsidiar o desenvolvimento de ações na escola, quanto a: a) eliminação, introdução ou modificação de algum objetivo, conteúdo ou atividade do currículo regular; b) priorização de certas áreas curriculares ou de certos blocos de conteúdos dentro de uma área, de acordo com o processo de aprendizado do aluno; c) adaptação na temporalização: modificar o tempo previsto para atingir os objetivos da aprendizagem. Ainda, se espera com tais ações que a escola possa conseguir alterar ou adaptar meios, condições, tempos, conteúdos, atividades, formas de avaliação, condições de frequência ou de matrícula.

Claro que não se pretende utilizar o material que foi produzido como uma receita a ser seguida pelos profissionais da escola, mas apenas como um procedimento que pode orientá-los na organização dos procedimentos educacionais para alunos com NEEs. Por essa razão, momentos de reflexão e amparo

para a prática pedagógica são essenciais, uma vez que os professores devem estar bem amparados para que possam trabalhar de maneira colaborativa com os professores do serviço especializado, os gestores da escola e mesmo com a família do aluno.

Por fim, espera-se que a utilização do manual, e de outros materiais e recursos de natureza semelhante, possam auxiliar os profissionais da educação na oferta de novas práticas educacionais responsivas para atender e acolher a diversidade do seu alunado, subsidiando o trabalho pedagógico dos professores das unidades de ensino na organização da flexibilização do currículo para alunos que ainda se encontram muito distantes do nível acadêmico esperado pelas tradicionais propostas educacionais, no caso alguns alunos com deficiências.

Referências

ARANHA, M. S. F. de Educação Inclusiva: transformação social ou retórica. In OMOTE, S. (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001. [Citado em 24 de junho de 2008 – 14:56]. Disponível em URL: www.mec.gov.br/seesp.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Brasília: MPF/PFDC, 2003.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular** 2. ed. rev. e atual. Brasília: MPF/PFDC, 2004.

BRASIL, Secretaria da Educação Especial. Saberes e práticas da Inclusão. Adequações curriculares. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

HEREDERO, E. S. Necessidades educativas especiales y adaptaciones curriculares. Apostila. Marília: UNESP, FFC, Departamento de Educação Especial, 1999.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. O. PEREIRA, L. G. A rede de apoio pedagógico como facilitadora para a educação inclusiva: uma proposta no município de Lençóis. In: reitoria UNESP. (Org.). **Caderno do Núcleo de Ensino - UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

LEITE, L.P.; MARTINS, S.E.O. A formação continuada como alternativa na operacionalização da Pedagogia Inclusiva. In: **IX Congresso estadual paulista**

sobre a formação de educadores, 2007, Águas de Lindóia. Livro Eletrônico do IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007.

MANTOAN, M. T. E (Org.). **Caminhos pedagógicos da inclusão**: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.

MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P. **Adaptação (síntese) do Documento Individual de Adaptações Curriculares**. Projeto de Assessoria para implementação da Educação Inclusiva no município de Lençóis Paulista/SP, 2006 (mimeo)

MIRANDA, T.G. **A educação especial no marco do Currículo Escolar**. [Citado em 05 de julho de 2008 – 20:17]. Disponível em: URL: <http://www.faced.ufba.br/~nepec/noesis1/theres.htm>. Acesso em: 18 agosto de 2010.

O'DONOGHUE, T. A. & CHALMERS, R. **Teaching and Teacher Education**, 2000.

OLIVEIRA, A. A. S. . O processo de inclusão no Brasil: políticas públicas para o educando com necessidades educacionais especiais. In: GENARO, K.F.; LAMONICA, D.A.C.; BEVILACQUA, M.C.. (Org.). **O processo de comunicação**: contribuição pra a formação de professores para inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais. São José dos Campos: Pulso, 2006.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Nota

¹ LEITE, Lúcia Pereira, MARTINS, Sandra Eli S de O. (colaboradoras: MORAES, A.P.P.; VELDEN, H.F.V.; FRANCESCHINI, L.G.) Adequações curriculares: um procedimento na organização de práticas educacionais inclusivas. Bauru : UNESP/FC, 2008, v. 1. p. 40.

Correspondência

Lucia Pereira Leite – Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências – Universidade Estadual Paulista - Unesp. Av Eng. Edmundo Carrijo Coube, 14-01 – Vargem Limpa. CEP 17.033-360 Bauru – São Paulo, Brasil.

E-mail: lucialeite@fc.unesp.br

Recebido em junho de 2010

Aprovado em outubro de 2010